



## - Caderno Único -

Ano XXVII - Nº 4069

09 de dezembro de 2025

Órgão criado pela Lei Municipal nº 1.440, de 04 de março de 1994.

Assinatura digital

## Conteúdo

<b>ATOS DO EXECUTIVO</b>	<b>3</b>
<b>LEIS ORDINÁRIAS</b>	<b>3</b>
Lei ordinária 4.060	3
<b>DECRETOS</b>	<b>3</b>
Decreto 308	3
Decreto 309	4
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>	<b>6</b>
<b>PORTARIAS</b>	<b>6</b>
Portaria 122 SEDESC fiscal de contratos	6
Portarias SEDUC fiscais de contratos	7
Portarias SAÚDE fiscais de contratos	7
<b>ATAS EXTRATO PARCIAL</b>	<b>8</b>
Ata de registro de preços	8
<b>EXTRATOS DE LICITAÇÃO</b>	<b>12</b>
Extratos de licitação	12
<b>HOMOLOGAÇÕES</b>	<b>12</b>
Termo de homologação	12
<b>INEDITORIAIS</b>	<b>13</b>
<b>ATAS DIVERSAS</b>	<b>13</b>
Ata do CMDCA	13







ID: 4069-9YRTGSFK

ID: 4069-9YRTGSFK

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**

RUA ITALIANA, 1434

06.554.430/0001-31

Exercício: 2025

**DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033**

**ação**

01	08	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
613	10.302.0008.2154.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	13.000,00		
		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOL	F.R.: 1 600 02		
	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man			
	999 000	Não se aplica			
632	10.302.0008.2155.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	130.000,00		
		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE EM SAÚDE	F.R.: 1 600 02		
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man			
	999 000	Não se aplica			
638	10.302.0008.2155.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	22.000,00		
		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE EM SAÚDE	F.R.: 1 600 02		
	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man			
	999 000	Não se aplica			
836	10.305.0008.1332.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	2.500,00		
		IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	F.R.: 1 500 00		
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			
842	10.305.0008.2115.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	35.000,00		
		CENTRO MUNICIPAL DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS	F.R.: 1 500 00		
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			
01	09	01	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA		
883	04.122.0003.2033.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	189.000,00		
		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENV	F.R.: 1 500 00		
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
884	04.122.0003.2033.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	107.000,00		
		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENV	F.R.: 1 500 00		
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
01	12	01	ADMINISTRACAO DA SECRETARIA		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**  
RUA ITALIANA, 1434  
06.554.430/0001-31  
Exercício: 2025

**DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033**

**Anulação**

01	34	02	Suprntendência de Esportes		
1917	27.122.0003.2243.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE		3.000,00	
		Manutenção da Superintendência de Esportes			F.R.: 1 500 00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
02	01	01	CAMARA MUNICIPAL		
1945	01.031.0001.2001.0000	PROCESSO LEGISLATIVO		1.500.000,00	
		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL			F.R.: 1 500 00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
1946	01.031.0001.2001.0000	PROCESSO LEGISLATIVO		90.000,00	
		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL			F.R.: 1 500 00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:					
<b>Anulação:</b>					
01	02	01	COORDENAÇÃO DO GABINETE		
2	04.122.0003.2002.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE		7.000,00	
		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO			F.R. Grupo: 1 500 00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
01	06	01	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA		
108	12.306.0006.2019.0000	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		-80.000,00	
		ATENDIMENTO A MERENDA ESCOLAR - PNAE			F.R. Grupo: 1 500 00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	200 000	Educação			
141	12.361.0006.2018.0000	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		-75.269,00	
		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			F.R. Grupo: 1 500 00
	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	200 000	Educação			
01	06	02	FUNDEB		

ID: 4069-9YRTGSFK

ID: 4069-9YRTGSFK

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**  
RUA ITALIANA, 1434  
06.554.430/0001-31  
Exercício: 2025

**DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033**

**ação**

01	12	01	ADMINISTRACAO DA SECRETARIA		
1153	04.122.0003.2046.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	1.600,00		
		MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DO SETOR PF	F.R.: 1 500 00		
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
01	12	02	Diretoria de Pesca, Agricultura e Irrigação		
1168	04.122.0003.2093.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	3.000,00		
		MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE PESCA, AGRICULTURA E	F.R.: 1 500 00		
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
01	20	01	IPMP-Plano Financeiro		
1399	09.272.2011.2051.0000	PREVIDÊNCIA CIDADÃ	40.000,00		
		COMPENSAÇÕES AO INSTIT. DE PREVIDÊNCIA DO MUNIC. DI	F.R.: 1 802 03		
	3.1.91.86.00	COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
	802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração			
	999 000	Não se aplica			
01	30	11	Superintendência de Turismo		
1767	23.695.0005.1493.0000	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISM	2.500.000,00		
		REVEILLON DO POVO	F.R.: 1 500 00		
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
01	34	01	Administração da Secretaria		
1902	27.122.0003.2321.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	50.000,00		
		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	F.R.: 1 500 00		
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
1903	27.122.0003.2321.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	8.000,00		
		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	F.R.: 1 500 00		
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
01	34	02	Suprntendência de Esportes		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**  
RUA ITALIANA, 1434  
06.554.430/0001-31  
Exercício: 2025

**DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033**

01	06	02	FUNDEB		
195	12.361.0006.2054.0000	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	-1.000.000,00		
		MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO - (FUNDEB 30%)	F.R. Grupo:	1	540
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
01	08	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
419	10.122.0008.2156.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-119.547,54		
		MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE, A)	F.R. Grupo:	1	500
	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			
471	10.301.0008.2202.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-1.004.847,57		
		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ESTRATÉGIAS DE SAÚDE	F.R. Grupo:	1	500
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			
476	10.301.0008.2202.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-59.612,86		
		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ESTRATÉGIAS DE SAÚDE	F.R. Grupo:	1	500
	3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			
478	10.301.0008.2202.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-140.852,34		
		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ESTRATÉGIAS DE SAÚDE	F.R. Grupo:	1	500
	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			
482	10.301.0008.2202.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-3.000,00		
		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ESTRATÉGIAS DE SAÚDE	F.R. Grupo:	1	500
	3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO M			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			
494	10.301.0008.2202.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-100.000,00		
		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ESTRATÉGIAS DE SAÚDE	F.R. Grupo:	1	600
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco			
	999 000	Não se aplica			
591	10.302.0008.2119.0000	HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	252.500,00		
		CENTRO INTEGRADO DA SAÚDE DA MULHER	F.R. Grupo:	1	500
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	300 000	Saúde			



ID: 4069-9YRTGSFK

ID: 4069-9YRTGSFK

<div><div></div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA</b> RUA ITAUNA, 1434 06.554.430/0001-31 Exercício: 2025</div></div>				<div><div></div><div><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA</b> RUA ITAUNA, 1434 06.554.430/0001-31 Exercício: 2025</div></div>					
<b>DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033</b>				<b>DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033</b>					
01	08	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		01	11	02	COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS	
595	10.302.0008.2119.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-394.317,59	1077	15.451.0009.1567.0000		REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	-1.000.000,00
			CENTRO INTEGRADO DA SAÚDE DA MULHER	F.R. Grupo: 1 500 00				URBANIZAÇÃO DA ORLA DA PEDRA DO SAL	F.R. Grupo: 1 700 05
	3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos			700		Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	300	000	Saúde			999	000	Não se aplica	
607	10.302.0008.2154.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-179.708,99	1101	17.512.0009.1515.0000		REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	-84.000,00
			MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	F.R. Grupo: 1 500 00				CONSTRUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O MUNICÍPIO	F.R. Grupo: 1 700 05
	3.1.90.11.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos			700		Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	300	000	Saúde			999	000	Não se aplica	
612	10.302.0008.2154.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-50.848,09	01	12	01	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA	
			MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	F.R. Grupo: 1 500 00	1152	04.122.0003.2046.0000		GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	-1.600,00
	3.1.91.13.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS					MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DO SETOR PÚBLICO	F.R. Grupo: 1 500 00
	500		Recursos não Vinculados de Impostos			3.3.90.36.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
	300	000	Saúde			500		Recursos não Vinculados de Impostos	
						999	000	Não se aplica	
623	10.302.0008.2154.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-151.078,05	01	20	01	IPMP-Plano Financeiro	
			MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	F.R. Grupo: 1 500 00	1396	09.272.0011.2051.0000		PREVIDÊNCIA CIDADÃ	-40.000,00
	3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					MANUTENÇÃO DO INSTIT. DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA	F.R. Grupo: 1 802 03
	500		Recursos não Vinculados de Impostos			3.3.90.35.00		SERVIÇOS DE CONSULTORIA	
	300	000	Saúde			802		Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	
						999	000	Não se aplica	
631	10.302.0008.2155.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-620.780,85	02	01	01	CÂMARA MUNICIPAL	
			MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE EM SAÚDE	F.R. Grupo: 1 500 00	1953	01.031.0001.2001.0000		PROCESSO LEGISLATIVO	-90.000,00
	3.1.90.11.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	F.R. Grupo: 1 500 00
	500		Recursos não Vinculados de Impostos			3.3.90.36.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
	300	000	Saúde			500		Recursos não Vinculados de Impostos	
						999	000	Não se aplica	
637	10.302.0008.2155.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-22.000,00	1954	01.031.0001.2001.0000		PROCESSO LEGISLATIVO	-1.000.000,00
			MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADE EM SAÚDE	F.R. Grupo: 1 500 00				MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	F.R. Grupo: 1 500 00
	3.1.91.13.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			3.3.90.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos			500		Recursos não Vinculados de Impostos	
	300	000	Saúde			999	000	Não se aplica	
712	10.302.0008.2215.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-19.800,00	1957	01.031.0001.2001.0000		PROCESSO LEGISLATIVO	-300.000,00
			MANUTENÇÃO DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL	F.R. Grupo: 1 600 02				MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	F.R. Grupo: 1 500 00
	3.1.91.13.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			3.3.90.93.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
	600		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção			500		Recursos não Vinculados de Impostos	
	999	000	Não se aplica			999	000	Não se aplica	
763	10.302.0008.2360.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-200,00					
			AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19 (Fundo a Fundo)	F.R. Grupo: 1 602 02					
	3.1.91.13.00		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS						
	602		Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção						
	999	000	Não se aplica						

ID: 4069-9YRTGSFK

ID: 4069-9YRTGSFK



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**  
RUA ITAUNA, 1434  
06.554.430/0001-31  
Exercício: 2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**  
RUA ITAUNA, 1434  
06.554.430/0001-31  
Exercício: 2025

**DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033**

01	08	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
765	10.302.0008.2360.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-200,00
			AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19 (F.R. Grupo: 1 500 00	
	3.3.50.39.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos	
	300	000	Saúde	
767	10.302.0008.2360.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-200,00
			AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19 (F.R. Grupo: 1 500 00	
	3.3.50.41.00		CONTRIBUIÇÕES	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos	
	300	000	Saúde	
848	10.305.0008.2222.0000		HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE	-40.000,00
			REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA S (F.R. Grupo: 1 500 00	
	3.1.90.11.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos	
	300	000	Saúde	
01	09	01	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA	
922	08.244.0003.1023.0000		GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE	-296.000,00
			ASSENTAMENTO SOLIDARIEDADE	F.R. Grupo: 1 500 00
	4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos	
	999	000	Não se aplica	
01	11	02	COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS	
1046	15.451.0009.1098.0000		REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	-168.000,00
			PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	F.R. Grupo: 1 700 05
	4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	
	700		Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	999	000	Não se aplica	
1051	15.451.0009.1101.0000		REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	-960.306,22
			CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA	F.R. Grupo: 1 700 05
	4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	
	700		Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	999	000	Não se aplica	
1061	15.451.0009.1199.0000		REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	-2.450.000,00
			ESGOTO SANITÁRIO - PAC I	F.R. Grupo: 1 700 05
	4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	
	700		Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	999	000	Não se aplica	

**DECRETO Nº 309 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025 - LEI N.4033**

02	01	01	CAMARA MUNICIPAL	
1958	01.031.0001.2001.0000		PROCESSO LEGISLATIVO	-200.000,00
			MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	F.R. Grupo: 1 500 00
	4.4.90.51.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	
	500		Recursos não Vinculados de Impostos	
	999	000	Não se aplica	
<b>Anulação (-)</b>				<b>-10.891.669,00</b>
<b>Artigo 30.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.</b>				
<div><div></div><div><b>FRANCISCO EMANUEL CUNHA DE BRITO</b> 05095164329 FRANCISCO EMANUEL CUNHA DE BRITO PREFEITO MUNICIPAL</div></div>				

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PORTARIAS

ID: 4069-RPZHVWSQ



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 122/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO ENCARGO DE FISCAL DE CONTRATO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o Art. 117 da Lei nº 14.133/21 e processos administrativos abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora MARY LANNES DE CARVALHO FARIAS, portadora do CPF nº 913.\*\*\*-72, ocupante do cargo de Coordenadora de Proteção Social Especial, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato, de acordo com as informações abaixo.

Nº	PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONTRATO	CONTRATADO	CNPJ
01	53436/2025	606/2025	RODRIGO CANTO	
02	53439/2025	607/2025	CUNHA LTDA	49.063.840/0001-92

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à data de assinatura dos contratos.

Parnaíba (PI), 09 de dezembro de 2025.

Marcella da Conceição Sousa Braz Ribeiro  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Assistência Social



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 323/2025  
DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o que consta no art. 117, da lei 14.133/21;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor, HIRAN DAMASCENO ALELAF FILHO, CPF: 020.357-053-71, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o encargo de Fiscal dos contratos abaixo relacionados:

Nº	Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº CONTRATO	EMPRESA	CNPJ
01	51876/2025	967/2025	SÃO FRANCISCO AUTO CENTER FACIL LTDA	16.958.000/0001-39

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a data da assinatura do contrato.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Parnaíba, 11 de novembro de 2025.


  
Nayara de Castro Vieira Silva  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Educação

Rua Itaipu, 1434 - Bairro Pindorama - Parnaíba - PI - CEP 64215-902 - CNPJ 06.554.430/0001-31

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PORTARIAS

ID: 4069-WFK13O90



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 320/2025  
DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o que consta no art. 117, da lei 14.133/21;

RESOLVE:


Art. 1º Designar a servidora MICHELE ARIANE DE SOUSA SANTOS, CPF: 019.079.473-86, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o encargo de Fiscal dos Contratos abaixo relacionados:

Nº	Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº CONTRATO	EMPRESA	CNPJ
01	51588/2025	617/2025	F. R. SILVA COSTA & CIA LTDA	17.125.120/0001-18

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a data da assinatura do contrato.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Parnaíba, 11 de novembro de 2025.


  
Nayara de Castro Vieira Silva  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Educação

Rua Itaipu, 1434 - Bairro Pindorama - Parnaíba - PI - CEP 64215-902 - CNPJ 06.554.430/0001-31

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PORTARIAS

ID: 4069-VMHWWQHJ




ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA FMS Nº 126 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE PARNAÍBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/21, Processo Administrativo 49544/2025, RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora ANA BEATRIZ DE CARVALHO SOUZA, CPF nº 064.721.453-93, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato 603/2025, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA, CNPJ 06.554.430/0001-31, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa SANTOS CONSTRUÇÕES E VARIEDADES LTDA, CNPJ Nº 32.236.727/0001-69, objetivando registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil, para utilização dos mesmos na UBS Floriópolis no município de Parnaíba-PI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à data de assinatura do respectivo contrato.

  
Janete de Araújo Santos  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Saúde



ID: 4069-VMHWWQHJ

ID: 4069-VMHWWQHJ




ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**PORTARIA FMS Nº 127 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE PARNAÍBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/21, Processo Administrativo 54826/2025, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - Designar o servidor **ADRIANO GOMES DA SILVA**, CPF nº 837.422.553-04, ocupante do cargo de ATPSP II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato/Empenho OR 1202002/2025, firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**, CNPJ 06.554.430/0001-31, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa **PLENA PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, CNPJ 07.272.231/0001-01, objetivando aquisição de fórmulas especiais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Parnaíba-PI.

**Art.2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à data de assinatura do respectivo contrato.

  
Janete de Araújo Santos  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Saúde



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**PORTARIA FMS Nº 128 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE PARNAÍBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/21, Processo Administrativo 54825/2025, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - Designar o servidor **ADRIANO GOMES DA SILVA**, CPF nº 837.422.553-04, ocupante do cargo de ATPSP II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato/Empenho OR 1202001/2025, firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**, CNPJ 06.554.430/0001-31, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa **MATHEUS COMÉRCIO ATACADISTA LTDA**, CNPJ 45.053.942/0001-76, objetivando aquisição de fórmulas especiais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Parnaíba-PI.

**Art.2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à data de assinatura do respectivo contrato.

  
Janete de Araújo Santos  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Saúde

ID: 4069-VMHWWQHJ

ID: 4069-VMHWWQHJ



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**PORTARIA FMS Nº 128.1 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE PARNAÍBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/21, Processo Administrativo 49545/2025, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - Designar a servidora **ANA BEATRIZ DE CARVALHO SOUZA**, CPF nº 064.721.453-93, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato 604/2025, firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**, CNPJ 06.554.430/0001-31, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa **EBN ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ Nº 11.695.815/0001-59, objetivando contratação de empresa de engenharia especializada em fornecimento de mão de obra, sem fornecimento de material, para execução de serviços de engenharia em reforma e ampliação da UBS Floriópolis no município de Parnaíba.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à data de assinatura do respectivo contrato.

  
Janete de Araújo Santos  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Saúde




ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA DE PARNAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**PORTARIA FMS Nº 129 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE PARNAÍBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/21, Processo Administrativo 54956/2025, **RESOLVE**:

**Art. 1º** - Designar o servidor **ADRIANO GOMES DA SILVA**, CPF nº 837.422.553-04, ocupante do cargo de ATPSP II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato/Empenho OR 1205001/2025, firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA**, CNPJ 06.554.430/0001-31, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa **BF DE MENEZES SOUSA**, CNPJ 44.474.719/0001-30, objetivando aquisição de fórmulas especiais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Parnaíba-PI.

**Art.2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo à data de assinatura do respectivo contrato.

  
Janete de Araújo Santos  
Secretária Executiva do Fundo Municipal de Saúde



ID: 4069-U80UC3RE

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ATAS EXTRATO PARCIAL

ID: 4069-U80UC3RE



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 51362/2025

REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO  
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE  
ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM,  
PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E CIDADANIA (SEDESC) DO  
MUNICÍPIO DE PARNAÍBA – PI, DURANTE  
O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O Município de Parnaíba, com sede administrativa na Rua Itatiana, n.º 1434, Bairro Pindorama, CNPJ n.º 06.554.430/0001-31, nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462 de 31.03.2023, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações e Decretos Municipais nº. 002/2024 e 003/2024; considerando o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Administrativo em referência, firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.1. A presente Ata tem como objeto o registro de preços para REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA (SEDESC) DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA – PI, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 91/2025, para atender demanda da UNIDADE(s) REQUISITANTE(s).

1.2 Integra esta Ata de Registro de Preços o Termo de Referência na íntegra, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.3. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório para os itens encontram-

ID: 4069-U80UC3RE



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

se indicados no quadro abaixo:

VENCEDOR RODRIGO CANTO CUNHA LTDA CNPJ: 48.083.840/0001-52					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR MÉDIO
1.	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR COM CAPACIDADE DE 170 LITROS, CONFECCIONADA EM POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) DE ALTA DENSIDADE, ESTRUTURA RÍGIDA E RESISTENTE, COM PAREDES ESPESAS E HOMOGÊNIAS QUE GARANTEM EFICIENTE ISOLAMENTO TÉRMICO, POSSUI TAMPA REMOVÍVEL COM ENCAIXE FIRME E VEDACÃO ADEQUADA, SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS LISAS, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E EVITANDO ACÚMULO DE RESÍDUOS, INDICADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAIS QUE NECESSITAM DE CONSERVAÇÃO TÉRMICA, TALS COMO ALIMENTOS, AMOSTRAS BIOLÓGICAS OU MATERIAIS PERECÍVEIS, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CAPACIDADE NOMINAL MÍNIMA DE 170 LITROS.	ISOTHERM	100	UNID	R\$ 139,70
2.	CAIXA TÉRMICA DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 190 LITROS, FABRICADA EM MATERIAL RESISTENTE E DE ALTA DURABILIDADE, COM ISOLAMENTO TÉRMICO EFICIENTE E ESTRUTURA REFORÇADA, POSSUI PAREDES ESPESAS E TAMPA REMOVÍVEL COM ENCAIXE FIRME, GARANTINDO VEDACÃO ADEQUADA E CONSERVAÇÃO DA TEMPERATURA POR LONGOS PERÍODOS, SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS LISAS, FACILITANDO A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, INDICADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUE NECESSITAM DE CONTROLE TÉRMICO, COMO ALIMENTOS, BEBIDAS, AMOSTRAS BIOLÓGICAS OU MATERIAIS PERECÍVEIS, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CORES VARIADAS, COM CAPACIDADE NOMINAL MÍNIMA DE 190 LITROS.	ASPERBRAS	50	UNID	R\$ 1.129,70
3.	CAIXA TÉRMICA COOLER COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM ISOLAMENTO TÉRMICO EFICIENTE E ESTRUTURA ROBUSTA, POSSUI TAMPA ARTICULADA OU REMOVÍVEL, COM ENCAIXE PRECISO, GARANTINDO VEDACÃO ADEQUADA E CONSERVAÇÃO DA TEMPERATURA POR LONGOS PERÍODOS, EQUIPADA COM ALÇAS LATERAIS REFORÇADAS PARA FACILITAR O TRANSPORTE, SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS LISAS, DE FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, INDICADA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS, BEBIDAS E OUTROS MATERIAIS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÃO TÉRMICA, PRODUTO NOVO, DE ALTA QUALIDADE, COM CAPACIDADE NOMINAL MÍNIMA DE 50 LITROS.	MOR	100	UNID	R\$ 339,70



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

4.	CAIXA PLÁSTICA VAZADA, COM NO MÍNIMO 46 LITROS, FABRICADAS EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, MATERIAL LEVE, RESISTENTE E DE LONGA DURABILIDADE, POSSUEM ESTRUTURA REFORÇADA, COM LATERAIS E FUNDO VAZADOS PARA FACILITAR A VENTILAÇÃO E O ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS, CONTAM COM ALÇAS LATERAIS ERGONOMÍCAS QUE FACILITAM O MANUSEIO E O EMPILHAMENTO SEGURO, INDICADAS PARA ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E ORGANIZAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS, COMO ALIMENTOS, FRUTAS, LEGUMES, MATERIAIS DE LIMPEZA OU ITENS DE USO GERAL, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, RESISTENTE A IMPACTOS E FÁCIL DE HIGIENIZAR.	CAIXAPLAST	200	UNID	R\$ 34,70
5.	SACOLA PLÁSTICA GRANDE REFORÇADA, MEDINDO 50X100 CM, FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), MATERIAL RESISTENTE, FLEXÍVEL E DURÁVEL, POSSUI SOLDAS REFORÇADAS QUE GARANTEM MAIOR SEGURANÇA NO TRANSPORTE DE CARGAS PESADAS, INDICADA PARA USO GERAL, EM EMBALAGENS, ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE MATERIAIS, MANTENDO A INTEGRIDADE E HIGIENE DOS PRODUTOS, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ALTA RESISTÊNCIA A RASGOS E PERFURAÇÕES, ACONDICIONADO EM PACOTE COMO NO MÍNIMO 500 KG.	PG EMBALAGEM	500	PACOTE	R\$ 69,70
8.	BARBANTE CRU COM PESO LÍQUIDO DE 1 KG, FABRICADO EM FIBRAS NATURAIS DE ALGODÃO, MATERIAL RESISTENTE, FLEXÍVEL E DE ALTA QUALIDADE, DISPONÍVEL EM DIMENSÕES VARIADAS, ADEQUANDO-SE A DIVERSOS TIPOS DE USO, IDEAL PARA ARTESANATO, COSTURA, AMARRAÇÕES, EMBALAGENS, DECORAÇÕES E OUTRAS APLICAÇÕES DOMÉSTICAS OU PROFISSIONAIS, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA A TRAÇÃO E FÁCIL MANUSEIO.	EUROROMA	500	UNID	R\$ 23,70
9.	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM CAPACIDADE DE 30 LITROS, FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL LEVE, DURÁVEL E FÁCIL DE HIGIENIZAR, POSSUI TAMPA REMOVÍVEL COM ENCAIXE FIRME, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA POEIRA E UMIDADE, EQUIPADA COM ALÇAS LATERAIS PARA FACILITAR O MANUSEIO E O TRANSPORTE, INDICADA PARA ARMAZENAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS EM AMBIENTES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS OU ADMINISTRATIVOS, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ÓTIMA DURABILIDADE E DESEMPENHO MECÂNICO E FUNCIONAL.	ARQPLAST	200	UNID	R\$ 43,70

ID: 4069-U80UC3RE



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

10.	PITA GOMADA COM DIMENSÕES DE 48 MM X 50 M, FABRICADA EM PAPEL KRAFT DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ADESIVO ATIVADO POR ÁGUA, PROPORCIONA EXCELENTE ADERÊNCIA E VEDACÃO SEGURA, SENDO INDICADA PARA FECHAMENTO DE CAIXAS, EMBALAGENS E ENVELOPES, MATERIAL ECOLÓGICO, RECICLÁVEL E DE FÁCIL APLICAÇÃO, GARANTINDO ACABAMENTO LIMPO E PROFISSIONAL, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ÓTIMA DURABILIDADE E DESEMPENHO ADESIVO.	ADORE	500	UNID	R\$ 17,97
11.	CORDA NAUTICA FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, DISPONÍVEL EM TAMANHOS E DIMENSÕES VARIADAS, MATERIAL LEVE, FLEXÍVEL E DURÁVEL, RESISTENTE A TRAÇÃO, UMIDADE, RAIOS SOLARES E AGENTES QUÍMICOS, POSSUI ACABAMENTO TORÇIDO OU TRANCADO, GARANTINDO MAIOR FIRMESZA E SEGURANÇA NO USO, INDICADA PARA APLICAÇÕES NAUTICAS, AMARRAÇÕES, REBOQUES, CAMPING, CONSTRUÇÃO E USO GERAL, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM EXCELENTE DESEMPENHO MECÂNICO E LONGA VIDA ÚTIL.	FORTRI	500	METROS	R\$ 4,47
VENCEDOR LC COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA CNPJ: 47.190.313/0001-13					
6.	BOBINA PICOTADA DE SACO PLÁSTICO, FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, MATERIAL RESISTENTE, FLEXÍVEL E DURÁVEL, APRESENTA PICOTES PARA FACILITAR O DESTACAMENTO INDIVIDUAL DOS SACOS, GARANTINDO PRATICIDADE E AGILIDADE NO USO, INDICADA PARA EMBALAGEM, ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE DIVERSOS PRODUTOS, MANTENDO HIGIENE E INTEGRIDADE DOS ITENS, PRODUTO NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM EXCELENTE RESISTÊNCIA A RASGOS E PERFURAÇÕES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 UNIDADES POR BOBINA.	PLAST	200	UNID	R\$ 27,64
7.	SACO DE PAPEL PARA PIPoca, FABRICADO EM PAPEL KRAFT OU SÉLITE DE ALTA QUALIDADE, RESISTENTE E SEGURO PARA CONTATO COM ALIMENTOS, POSSUI FORMATO RETÂNGULAR, COM LATERAIS DOBRÁVEIS E FUNDO REFORÇADO, PROPORCIONANDO MAIOR CAPACIDADE E SEGURANÇA NO MANUSEIO, INDICADO PARA EMBALAGEM E SERVIÇO DE PIPoca EM EVENTOS, LANÇAMENTOS, CENAS E FESTAS, PRODUTO DESCARTÁVEL, HIGIENICO E ECOLÓGICO, DE FÁCIL ARMAZENAMENTO E USO PRÁTICO, ACONDICIONADO EM PACOTE COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES.	CROMUS	3.000	PACOTE	R\$ 3,72

1.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



DOM - Caderno Único - Ano XXVII - Nº 4069

Iniciado: 09/12/2025 20:17:27

Disponibilizado: 09/12/2025 20:46:43

Acesse nosso site: <https://www.parnaiba.pi.gov.br>

ID: 4069-U80UC3RE

**2. DA VIGÊNCIA**

- 2.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 2.2 O ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 2.3 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 2.4 A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.
- 2.5 A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3. DO FORNECIMENTO DOS BENS OU CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:**
- 3.1 Os órgãos/entes deverão emitir Ordens de Fornecimento ou de serviço – ou instrumento equivalente – contendo quantidade, discriminação dos bens, preço unitário e total conforme Termo de Referência, com consequente Empenho Prévio, aos detentores da Ata, depois de consulta formulada à Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, responsável pelo gerenciamento do Registro de Preços.
- 3.1.1 O serviço deverá ser executado conforme Ordem de Serviço emitida por a secretária solicitante, que indicará local, horário de início e término do evento, quantidade estimada de pessoas, entre outros detalhes e informações inerentes e necessárias à execução do serviço.
- 3.1.2 A Ordem de Serviço deve ser emitida com o prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data indicada para a execução do serviço, de modo que a empresa tenha condições de organizar a sua execução.
- 3.2 O fornecimento dos bens e serviços objetos desta licitação serão solicitados diretamente à(s) detentora(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos itens, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.
- 3.3 Todos os ônus decorrentes do fornecimento ou serviços e dos eventuais reparos ou substituições de materiais fornecidos, deverão ser realizados às exclusivas expensas da(s)



- 3.14 No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.
- 3.15 A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, ainda que verificados posteriormente.
- 3.16 Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.
- 3.17 O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

**4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 4.1. Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Unidade Requisitante, sendo assegurado os valores de atualização por atraso no pagamento.
- 4.2. O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Unidade Requisitante esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.
- 4.3. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à empresa beneficiária para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.
- 4.4. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à empresa contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação do índice aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da Unidade Requisitante e a data do efetivo pagamento.
- 4.5. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais

ID: 4069-U80UC3RE



- detentora(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para o Contratante.
- 3.4 Os objetos deverão ser fornecidos, após solicitação formal, gerenciado pela Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI para qualquer das unidades dos órgãos e entes estatais(s) nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, dentro do Município de Parnaíba - PI. Caso a solicitação refira-se à serviços a ser realizado em município diverso, a(s) detentora(s), caso necessário, deverão acrescer os custos exclusivamente indispensáveis relativos ao frete, valores que deverão passar sob o crivo do órgão/ente solicitante.
- 3.5 Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar o satisfatório fornecimento do objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento das diversas unidades requisitantes sofram qualquer solução de continuidade.
- 3.6 A Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições
- 3.7 A forma de solicitação poderá ser parcelada e o pedido será por meio de ordem de fornecimento enviada com a Nota de Empenho anexada.
- 3.8 O prazo de entrega será contabilizado da data do recebimento da solicitação pela contratada.
- 3.9 As entregas deverão ser realizadas pela Contratada em local a ser indicado pela contratante.
- 3.10 Para efeito de recebimento dos produtos será observada as quantidades e qualidades de acordo com a descrição dos produtos. As datas de entrega, assim como os quantitativos, deverão ser acordadas previamente com a contratante, o qual irá receber os serviços, sem ônus de frete para a mesma.
- 3.11 A contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e/ou serviços fornecidos, e que os mesmos estejam em total conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, bem como efetuar a substituição totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou danificado.
- 3.12 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.
- 3.13 Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.



- vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
- 4.6. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos do Edital e do Contrato.
- 4.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços dos bens ou de atualização monetária por atraso de pagamento;
- 4.8 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida.
- 4.9 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do contratado, por transferência eletrônica.

**5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1 A recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 5.4.
- 5.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Unidade Requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 5.4 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:
- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- c) Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração





ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ID: 4069-U80UC3RE

tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).

e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).

f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

5.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

5.6 O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

5.7 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “f” e “g” da Cláusula 5.4 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista na alínea “b”, “c”, “d” e “e”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

5.9. As multas previstas no item 5.4 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento dela não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

5.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento exposto nesse sentido.

5.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado,



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ID: 4069-U80UC3RE

deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Federal nº 11.462/23.

6.6 Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/23, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 Caso haja a redução do preço registrado, a unidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 35. do Decreto Federal nº 11.462/23.

6.8 A unidade gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

b) quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

c) nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

d) nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP;

e) por razões de interesse público, devidamente comprovado em processo administrativo próprio;

f) por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

g) quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

h) quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

j) por ordem judicial.

6.9 A notificação do órgão ou da entidade gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ID: 4069-U80UC3RE

nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevância por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

5.12. A aplicação das sanções previstas no item 5.4 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

5.14 Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Central de Licitações e Contratos Administrativos – CLCA todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

5.15 Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**6. DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA; E DO PREÇO REGISTRADO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua eventual atualização, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.4 Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.5 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gerenciadora



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ID: 4069-U80UC3RE

meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no DOM.

6.10 A solicitação do detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado ou da prestação do serviço, por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pela unidade gerenciadora.

6.11 O detentor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem ou prestação do serviço.

6.12 O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do detentor, quando este der causa ao cancelamento.

**Da Formação de Cadastro de Reserva:**

6.13 Nos termos do Artigo 34, VII do Decreto Municipal nº 003, de 09 de janeiro de 2024, é prevista a formação de cadastro de reserva pelos licitantes que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor.

6.14 A classificação dos integrantes do cadastro de reserva obedecerá à ordem crescente dos preços ofertados nas respectivas propostas ou do resultado final da fase de lances.

6.15 A convocação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva ocorrerá quando:

- O licitante vencedor for convocado e não assinar a Ata de Registro de Preços (ARP) no prazo e condições estabelecidos, e
- Houver cancelamento total ou parcial do registro de preços do licitante detentor da ARP.

6.16 A habilitação dos licitantes que compoem o cadastro de reserva e eventual solicitação de apresentação de amostra será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

**7. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

7.1 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

7.2 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão





ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ID: 4069-U80UC3RE

gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

7.3 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 7.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

7.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 7.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

7.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, informando à esta Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI da celebração do contrato e/ou Nota de Empenho com o objetivo de controle dos quantitativos.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ID: 4069-U80UC3RE

por mais especial ou privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Parnaíba, 08 de dezembro de 2025.

MARCELLA DA CONCEIÇÃO SOUZA BRAZ RIBEIRO  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATANTE

RODRIGO CANTO CUNHA LTDA  
CNPJ: 49.063.840/0001-92  
CONTRATADO

LC COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA  
CNPJ: 47.190.313/0001-13  
CONTRATADO



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ID: 4069-U80UC3RE

informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3 Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

9.4 Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada a restituição do que tinha recebido indevidamente.

10. FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Parnaíba-PI para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro,

ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
EXTRATOS DE LICITAÇÃO

ID: 4069-A8ARIAHM



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 13/2025- PMP

**REFERÊNCIA:** Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE PARNAÍBA (PI) e a SOCIEDADE DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARNAÍBA (PI);  
**CONCEDENTE:** MUNICÍPIO DE PARNAÍBA (PI) / SECRETARIA DE SAÚDE;  
**CONVENIENTE:** SOCIEDADE DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARNAÍBA (PI);  
**CNPJ:** 06.705.990/0001-40;  
**OBJETO:** O repasse financeiro para ações e serviços públicos de saúde referentes à Portaria GM/MS nº 8.317 de 02 de outubro de 2025, conforme justificativa constante no Processo nº 54737/2025 e Plano de Trabalho apresentado pela **CONVENIENTE** e aprovado pela **CONCEDENTE**, de Interesse Público.  
**ESPÉCIE:** Convênio nº 13/2025;  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Projeto/Atividade: 2216; Elemento de Despesa: 3.3.50.43.05; Fonte de recursos: 600/999/000.  
**VIGÊNCIA:** 12(doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, mediante acordo entre as partes;  
**DATA DA ASSINATURA:** 01/12/2025;

EXTRATO DE CONTRATO Nº 968/2025- PMP/PI

**VINCULAÇÃO:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50928/2025-PMP/PI;  
**LOCATÁRIO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;  
**LOCADOR:** SEBASTIÃO DA COSTA CARDOSO;  
**CPF:** 099.xxx.xxx-91;  
**OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a locação de imóvel situado na Rua Guaporé, nº 498, São Francisco, Parnaíba-PI, para funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, no período de novembro a dezembro de 2025, no Município de Parnaíba-PI, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde;  
**FUNDAMENTO LEGAL:** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2025, art. 74, inciso V – Lei 14.133/2021;  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 2.600,00 (dois mil seiscentos reais);  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Projeto/Atividade: 2026; Elemento de Despesa: 3.3.90.36.14  
Fonte de Recurso: 500/300/000;  
**VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2025;  
**DATA DA ASSINATURA:** 03/11/2025;  
**INFORMAÇÕES:** Central de Licitações e Contratos Administrativos - CLCA/PMP/PI.



ID: 4069-NQDQX4FL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
HOMOLOGAÇÕES

ID: 4069-T6ONHZDD



ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório, sob a modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025**, cujo objeto é a **CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS PARA GARANTIR A PREVENÇÃO, O DIAGNÓSTICO E O TRATAMENTO DE PROBLEMAS VISUAIS, COM ÊNFASE NA REDUÇÃO DA CEGUEIRA EVITÁVEL, NA PROMOÇÃO DA SAÚDE OCULAR E PARA O FORNECIMENTO DE LENTES DE GRAU E ARMAÇÕES OFTALMOLÓGICAS, NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA - PI, declarando, para os devidos fins legais que o mesmo restou FRACASSADO.**

Parnaíba (PI), 09 de dezembro de 2025.

**JANETE DE ARAUJO SANTOS**  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Itaitina, 1434 - Bairro Pindorama - Parnaíba - PI - CEP 64215-902 - CNPJ 06.554.430/0001-31



Lei Federal 8.069/90 Lei Municipal 1523/95 Lei Complementar 069/2015

Parnaíba - Piauí

Lista de presença da reunião do CMDCA do dia 28 de novembro de 2025.

Maria da Saúde Pereira Cunha  
Frank da Silva da Silva  
Jesum Messias de Albuquerque neto  
Maria Antonia Rodrigues da Silva  
Naianny Calixto Lopes  
José Ailton Sousa  
Maria do Socorro Pereira Rodrigues  
Adriana Brandão de Oliveira Souza

- End.: Av. São Sebastião N.º 2231 B, São Benedito - Parnaíba PI - CEP - 64.200-000  
E-mail: [cmdcaparnaiba167@gmail.com](mailto:cmdcaparnaiba167@gmail.com) - 99808 - 4166

INEDITORIAIS  
ATAS DIVERSAS

ID: 4069-NQDQX4FL



Lei Federal 8.069/90 Lei Municipal 1523/95 Lei Complementar 069/2015  
Parnaíba - Piauí

Ata Ordinária do CMDCA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, se reuniu o Conselho CMDCA que no uso de suas atribuições legais pela Lei Municipal nº 1.523/96, e Lei Complementar nº 069/2015, e considerando a deliberação do seu Colegiado de acordo com o seu Regimento Interno em reunião extraordinária realizada na sua sede na Casa dos Conselhos localizada na Av. São Sebastião nº 2231 B, São Benedito, com a seguinte pauta: prestação de contas referente ao mês de outubro de 2025, aprovação do Edital de chamamento para as entidades e outros. Estando presente a esta reunião a Presidente: Sra. Santana Maria do Nascimento Carvalho (FEBAPI), Jesum Messias Albuquerque neto (Cultura), Rita de Cássia do Amaral Azevedo (Pastoral da Criança), Frank da Silva dos Santos (Turismo), Naianny Calixto Lopes (SEDESC), Bethânia Maria dos Santos (APAE), Maria Antônia Rocha Silva (PROCON), José Ailton Sousa (SESA), Douglas da Silva Azevedo (S. Esporte), Maria da Saúde Pereira (GREPEM), Adriana Brandão de Oliveira Souza (SEDCJ). A presidente Sra. Santana deu início a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e falando da importância da pauta e que teria que ser aprovada com maior agilidade e solicitou a colaboração dos conselheiros. A sra. Rita de Cássia falou sobre o Edital de Chamamento onde a assessoria fez algumas sugestões e que a prefeitura e SEDESC ficasse antes do termo de promoção feita pelo edital de chamamento pelo CMDCA, ficando eleito pelo colegiado manter texto anterior. O Sr. Jesum fez a leitura do Edital de Chamamento onde foi feito algumas intervenções e mudanças pelos conselheiros presentes, com alteração de datas, relação ao cronograma do edital para a inscrição dos projetos das entidades com um aposte do FIA no valor de 150 (cento e cinquenta) mil reais para 6 entidades, sendo 3 para Exco I e 3 para Exco II. Foi enviado pela Secretaria de Saúde dois novos representantes para compor o CMDCA, o Sr. José Ailton Sousa como titular que se apresentou durante a reunião e André Luiz Mello Soares como suplente, dando continuidade à reunião foi aprovado a prestação de contas referente ao mês de outubro de 2025, pelos conselheiros presentes. Ao final foi lido um relatório trimestral do Conselho Tutelar referente as demandas dos meses (julho, agosto e setembro) através do Ofício 939/CT/2025, e diante do apresentado, a Presidente Sra. Santana trouxe uma denúncia (presenciada) de abuso de coordenação, seguido por assédio moral perante companheira de trabalho, ficando decidido por este colegiado Notificar o mesmo pela má conduta. Em continuidade, foi lido também a Recomendação conjunta do Fórum Colegiado Nacional dos Conselhos Tutelares com a Resolução do CONANDA, fica decidido pelo Colegiado reavaliar a Resolução Municipal de 2025, e reaver o reajuste salarial do Conselho Tutelar. Fica registrado que o CMDCA não aprovou os três dias de dispensa de trabalho do Conselho Tutelar, pois o ofício/comunicação foi feito posterior. Sem mais para o momento eu Maria do Socorro Pereira Rodrigues secretária executiva lavro a presente Ata que será lida e assinada a quem de direito.

Santana maria do nascimento carvalho  
Douglas da Silva Azevedo

- End.: Av. São Sebastião N.º 2231 B, São Benedito - Parnaíba PI - CEP - 64.200-000  
E-mail: [cmdcaparnaiba167@gmail.com](mailto:cmdcaparnaiba167@gmail.com) - 99808 - 4166

AVISOS/PUBLICIDADES  
PUBLICIDADES

ID: 4069-GCSGZ7EO





## Equipe de Governo

**Prefeito**  
**Francisco Emanuel Cunha de Brito**

**Vice-Prefeito**  
**Darllan de Almeida Vieira Barros**

### Secretários(as)

<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO</b> Edrivandro Gomes Barros	<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E DA ARTICULAÇÃO COM AS FORÇAS DE SEGURANÇA</b> Ruben Sousa Ferreira
<b>PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO</b> Elaquim Sousa Nunes	<b>OUVIDORA-GERAL DO MUNICÍPIO</b> Conceição de Maria de Castro Rodrigues Rêgo
<b>CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO</b> Francisco Eudes Fontenele Aragão	<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS</b> Gustavo Costa de Lima e Silva
<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA</b> Oscar Machado da Cunha Filho	<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b> Iranildo Junio Camapum Brandão
<b>SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA (SEDESC)</b> Anália Priscilla Lima da Silva	<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</b> José Marques de Sousa Júnior
<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CHEFIA DE GABINETE (Interino)</b> Edrivandro Gomes Barros	<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DO TRABALHO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)</b> Rafael Costa Lima
<b>SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO</b> Zulmira do Espírito Santo Correia	<b>GESTOR DA CENTRAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (CLCA)</b> Pedro de Aguiar Pires
<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> Danilo de Andrade Rêgo	<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E DEFESA CIVIL</b> Felipe da Silva Sousa
<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (SESA)</b> Thiago Judah Sampaio Carneiro	<b>DIRETORA GERAL DA ESCOLA PARNAIBANA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b> Natanía da Silva Vasconcelos Barros
<b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PROJETOS ESPECIAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (Interino)</b> Edrivandro Gomes Barros	<b>PROCURADOR DA FAZENDA</b> Alisson Augusto de Meireles Carvalho
<b>SECRETÁRIA MUNICIPAL DO SETOR PRIMÁRIO E ABASTECIMENTO (SESPA)</b> Deise Aragão Mattei	<b>SECRETÁRIA IMEDIATA DO PREFEITO</b> Cristiane Pereira Cunha Calixto

### Superintendências

<b>SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO</b> Valéria Souza	<b>SUPERINTENDENTE DE TURISMO</b> Valdecir Galvão
<b>SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO</b> Márcio Renan Brito Fernandes	<b>SUPERINTENDENTE DE CULTURA</b> Gabriel Araújo Rodrigues

### Órgãos Autárquicos e Empresas Públicas

<b>PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA (IPMP)</b> Jeanne Pereira Cunha
<b>PRESIDENTE DA AGÊNCIA PARNAIBANA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ASERPA)</b> Francisco das Chagas Silva de Oliveira
<b>PRESIDENTE DA EMPRESA PARNAIBANA DE SERVIÇOS (EMPA) (Interina)</b> Deise Aragão Mattei
<b>ÓRGÃO DE IMPRENSA</b> Software: DOME
<b>EDITORES E PROGRAMADORES</b> Fábio Silva de Sousa - Luiz Lins Monteiro Junior - Lucas Lima Souza

